

EM DEBATE

Opinião Pública e Conjuntura Política

2010

Um Periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral



DOSSIÊ: ELEIÇÕES NO CHILE E ALEMANHA: IDEOLOGIA OU ECONOMIA?

Letícia Ruiz Rodrigues

Sebastian Dube

Renate Köcher

OPINIÃO

Araceli Mateos

Carlos Eduardo Freitas



RESENHA

“Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais”

Livro de Antônio Lavareda

Carlos Eduardo Freitas

Periódico Eletrônico do
Grupo de Pesquisa de “Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento
Eleitoral”

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha - CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-5007



Ano 2, n. 2, Fevereiro de 2010 ISSN 2176-4883

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA: MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles, UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UEFS

Dalmir Francisco - UFMG

Denise Paiva Ferreira - UFG

Gustavo Venturi Júnior - USP

Helcimara de Souza Telles - UFMG

Heloisa Dias Bezerra - UFG

Julian Borba - UFSC

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira - UFSJ

Luiz Cláudio Lourenço - UFBA

Malco Braga Camargos, - PUC-MINAS

Marcus Faria Figueiredo – IUPERJ

Mathieu Turgeon - UnB

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Silvana Krause – UFG

Yan de Souza Carreirão - UFPR

Jornalista Responsável

Carlos Eduardo Morais Freitas

Equipe Técnica:

Leonardo da Silveira Ev

Fabiana dos Santos

Pedro Santos Mundim

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas
e Econômicas – IPESPE

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política – DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil - 30850-021

+ (55) 31 3409 5007

email: marketing-politico@uol.com.br

As opiniões expressas nos artigos são de
inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano II, Número II, Fevereiro de 2010

SUMÁRIO

Editorial	4-5
------------------	------------

Dossiê: “Eleições no Chile e na Alemanha: economia ou ideologia?”

• As eleições da mudança: Chile 2009/2010	6-12
Letícia Ruiz Rodriguez	
Versão em Espanhol	13-19
• Chile: Sobre a vitória da direita e a derrota da esquerda	20-22
Sebastien Dubé	
Versão em Espanhol	23-26
• Pesquisas de opinião pública e decisão devoto na Alemanha	27-31
Entrevista: Renate Köcher	
Versão em Inglês	32-35

Opinião

• Sobre o debate política e mulheres.	36-39
Araceli Mateos	
Versão em Espanhol	40-43
• Resenha: “Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais”	44-47
Carlos Eduardo Freitas	

Colaboradores desta edição	48
-----------------------------------	-----------

EDITORIAL

Vitórias e derrotas eleitorais

O **EM DEBATE** reúne no dossiê de fevereiro dois ensaios sobre o resultado das últimas eleições nacionais chilenas, que levaram, pela primeira vez em cinquenta e dois anos, a direita a ocupar o Palácio de La Moneda por vias democráticas. Também compõe esta seção uma entrevista com a professora Renate Kösher, que dirige um dos principais institutos de opinião pública da Alemanha, o Institut für Demoskopie Allensbach.

No dossiê, foram analisadas as variáveis que influenciaram os resultados das eleições nacionais no Chile e na Alemanha. Em seu texto, o professor de Ciência Política e diretor do programa de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidad Diego Portales, Sebastián Dube, defende que o giro ideológico no poder no Chile, com a derrota da esquerda, não significa mudanças na filiação ideológica dos eleitores.

Para o autor, as principais hipóteses explicativas para as eleições de 2009 são: as divisões internas da coalizão de esquerda Concertación, a falta de apoio da presidente Michelle Bachelet ao candidato Eduardo Frei, o baixo entusiasmo popular com a segunda candidatura de Frei à presidência e a percepção de moderação da direita chilena por parte do eleitorado.

Por sua vez, a cientista política da Universidad Complutense de Madrid, Leticia Rodriguez, interpreta o resultado das urnas como um movimento à direita por parte do eleitorado chileno. Rodriguez salienta que estas eleições nacionais apresentaram a maior mudança da dinâmica partidária chilena desde 1989, com o fracionamento do voto para a presidência e a perda pela Concertación da condição de coalizão mais votada para a Câmara dos Deputados, êxito que lhe pertencia desde o retorno da democracia ao país andino.

Já os fatores que influenciaram a decisão do voto nas eleições legislativas ocorridas na Alemanha no ano passado foram tema da entrevista que a professora Renate Kösher concedeu ao EM DEBATE.

A entrevistada enfatizou o papel preponderante da crise econômica e financeira internacional na decisão de voto dos alemães. Ela argumenta, no

entanto, que, ao contrário do que esperava a esquerda, a percepção popular a respeito da crise não criou um sentimento anticapitalista, nem favoreceu ao discurso da luta de classes. A crise econômica, que dominou a campanha eleitoral, criou, segundo Kösher, um sentimento de união frente aos desequilíbrios econômicos, o que fortaleceu a chanceler conservadora Ângela Merkel.

Outro fator apontado na entrevista como decisivo para a queda do número de parlamentares do Partido Social Democrata (SPD) na Alemanha foi a indistinção entre estes e os conservadores, uma vez que o SPD fez parte da grande coalizão que sustentou Ângela Merkel em seu primeiro mandato. Também foram analisados temas como o personalismo nas campanhas alemãs e a percepção popular acerca dos partidos.

Já a seção Opinião traz um ensaio da professora da Universidad de Salamanca Araceli Mateo sobre a presença de mulheres em cargos de representação política na América Latina. Ela trabalha diferentes dimensões do conceito de representação e analisa como os elementos institucionais podem interferir na eleição das mulheres.

Outro texto presente no Opinião de fevereiro é a resenha do mais recente livro do cientista político Antonio Lavareda, *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. Escrita pelo jornalista Carlos Eduardo Freitas, a resenha apresenta o olhar de Antonio Lavareda sobre a influência dos fatores institucionais, sociológicos e econômicos na decisão do voto e na elaboração das estratégias de comunicação política.

O livro defende, segundo Carlos Eduardo Freitas, que as campanhas eleitorais, ao ativarem emoções, podem contribuir para que os cidadãos reflitam mais sobre a política. E é justamente aí que reside a maior novidade da obra: na consistência e na variedade teórica, metodológica e empírica usada para defender as emoções e as campanhas como elementos importantes ao aprimoramento do processo decisório democrático.

AS ELEIÇÕES DA MUDANÇA: CHILE 2009/2010.¹

The Elections of change: Chile 2009/2010.

Letícia M. Ruiz Rodriguez
Universidad Complutense de Madrid
✉ leticiamaria.ruiz@cps.ucm.es

Em 18 de dezembro de 2009, o Chile celebrava o primeiro turno das eleições presidenciais. Era a quinta vez, desde o retorno da democracia, em 1989, que os chilenos elegiam o presidente da república. Com uma vitória folgada, o candidato da coalizão de direita, Sebastián Piñera (44,05% dos votos), passou para o segundo turno para enfrentar o ex-presidente e candidato da coalizão de esquerda, Eduardo Frei (29,6% de votos). O segundo turno, realizado em 17 de janeiro de 2010, converteu Piñera em presidente dos chilenos pelos próximos 4 anos (51,61% dos votos).

Com a vitória de Piñera, ocorre a primeira alternância democrática, uma vez que significa a chegada da direita ao Palácio de La Moneda através das urnas², em cinquenta e dois anos, ou seja, desde as eleições de 1958. Além disso, seu triunfo desbancou a coalizão de centro-esquerda *Concertación de Partidos por la Democracia* (composta pelo Partido Demócrata Cristão – PDC; o Partido Socialista – PS – e o Partido Radical Social Democrata – PRSD), no poder desde 1989.

Muita coisa mudou no Chile desde as eleições de 1993, nas quais Frei fora eleito no primeiro turno para o cargo de Presidente da República, tendo sido o presidente mais votado da história do país (58% dos votos). Nesta ocasião, a

¹ Algumas destas idéias foram esboçadas em:

<http://www.fundacioncarolina.es/esES/nombrespropios/Documents/NPLeticiaRuiz1001.pdf>

² O presidente eleito lidera a *Coalición por el Cambio*, formada por seu partido, Renovação Nacional (RN), junto com a União Demócrata Independente (UDI) um terceiro partido de recente criação, Chile Primeiro (CH1), bem como duas agremiações menores.

Concertación não soube vender sua marca, nem se beneficiar de seus êxitos econômicos e, para muitos, tampouco conseguiu definir bem a sua embalagem. A volta do ex-presidente e democrata cristão, Eduardo Frei, como candidato da *Concertación* - que continua uma tendência já vista em países como Peru (Alan García), Costa Rica (Oscar Arias) ou Nicarágua (Daniel Ortega) -, não parece ter ajudado a promover a idéia de mudança que o eleitorado demandava. A isso se ajuntam algumas práticas negativas e dinâmicas clientelistas na divisão de cargos, como razões da queda da centro-esquerda.

A seguir, será apresentada uma reflexão acerca das mudanças introduzidas nesta última eleição, em torno de três aspectos: o planejamento da disputa eleitoral, os resultados das eleições para a Câmara dos Deputados e a interpretação destes resultados eleitorais para o executivo e o parlamento, sobre o sistema partidário. As eleições de 2009/2010 representaram a maior das mudanças na dinâmica partidária chilena desde 1989, ao produzir uma dupla derrota da *Concertación* nas eleições para presidente e para a Câmara dos Deputados, tendo ficado, no Senado, com um nível de apoio similar ao da coalizão rival. Mas, além disso, estas eleições podem ser caracterizadas como “eleições de mudança”, por terem produzido um movimento à direita, por parte do eleitorado, assim como uma fragmentação dos votos que, até agora, reuniam os partidos das duas coalizões rivais. Assim, os outros partidos à margem das coalizões se projetaram no cenário eleitoral junto a um candidato *independente* que capitalizou um percentual considerável do apoio eleitoral.

Os elementos da mudança nas eleições chilenas

O primeiro grupo de elementos de mudança se refere ao modo em que se estabeleceu a competição eleitoral. Pela primeira, vez desde o retorno à democracia, o voto concertacionista estava repartido entre dois candidatos: o democrata cristão, Eduardo Frei, e o ex-socialista, Marco Enríquez-Ominami. Este último, conhecido pelas iniciais de seu nome - MEO, protagonizou um enfrentamento no seio da *Concertación*, ao exigir primárias, para a definição do candidato oficial. Nas eleições de 1993, se realizou o primeiro ensaio próximo a uma primária, a qual levou Frei (vencendo Ricardo Lagos) a ser o candidato oficial da coalizão. Na eleições de 1999, Lagos derrotou Andrés Zaldívar (PDC) nas eleições primárias, em sentido estrito. Já em 2005, as primárias previstas não chegaram a ocorrer. A candidata Soledad Avelar (PDC) se retirou da competição devido à alta popularidade de Michelle Bachelet (PS) que se converteu na candidata da *Concertación*, finalmente eleita Presidente da República.

Não obstante, diferentemente das práticas adotadas em escolhas anteriores à postulação de Enríquez-Ominami, foram encontradas resistência por parte da elite dos diferentes partidos da coalizão, incluindo o seu próprio grupo. Respeitando procedimentos internos, ainda que contrariando sua vontade, os três principais partidos da *Concertación* aceitaram designar Eduardo Frei como seu candidato para as primárias hipotéticas. Isso retirou o sentido da realização das primárias e provocou a proclamação, praticamente *de fato*, do democrata cristão como candidato oficial da coalizão.

A designação de Frei como candidato a presidente pela *Concertación* provocou a saída de Enríquez-Ominami de seu partido e da coalizão. Convertido como candidato independente, ele se beneficiaria do conflito com sua ex-coalizão, ao se colocar para o público como uma vítima das práticas elitistas e pouco democráticas da *Concertación*. Seu discurso *anti-establishment*, inédito no Chile até então, e sua habilidade comunicacional, mobilizaram o eleitorado progressista desencantado com o projeto da *Concertación*, que sofre o desgaste de vinte anos de governo e de alguns escândalos de corrupção, bem como do crescente número de eleitores identificados com a esquerda não registrados para votação que se abstiveram³. Os 20,13% de votos que ele obteve no primeiro turno da eleição o tornou o candidato independente mais bem sucedido da história do Chile no período pós-autoritário. .

O embate entre Enríquez-Ominami e Frei levou à fragmentação do voto da *Concertación*, que não pode ser integralmente capitalizado por Frei, no segundo turno. O apoio tardio e tímido de Enríquez-Ominami tem algo que ver com o fracasso do candidato oficial da *Concertación*. Embora tenha ocorrido um crescimento em relação ao primeiro turno, realizado em dezembro de 2009 (Frei aumentou sua votação de 29,6% para 48,38%), situação que há poucos meses antes parecia imprevisível, não foi possível que todo o eleitorado progressista se unisse em torno a Frei contra Piñera.

Juntamente com estas mudanças no âmbito da *Concertación*, o outro elemento novo que levou à problematização desta eleição e que contribuiu para a vitória de Piñera, foi a unidade da direita em torno de um único candidato. Este é o ponto onde a candidatura presidencial de Piñera teve a sua primeira batalha. Até a sua designação como candidato oficial da *Coalición por el Cambio*, nunca havia existido um candidato único da coalizão de direita (que antes se chamava *Alianza por Chile*). A negociação com a elite da UDI, o partido mais votado no Chile atualmente, para que Piñera fosse

³ O apoio por parte do eleitorado de esquerda foi também possível graças ao respaldo dado pelo Partido Humanista e pelo Partido Verde, que respaldaram oficialmente a candidatura de Enríquez-Ominami.

indicado para disputar o cargo, exigia que os partidos deixassem de lado seus tradicionais enfrentamentos e o mal ocasionada pela UDI, em 2005⁴.

O segundo grupo de mudanças que representou esta eleição, se refere ao âmbito parlamentar, onde as eleições para deputados e senadores introduziram ao menos duas transformações, com a consolidação de alguma tendência. Como primeira mudança, cabe ressaltar que antes destas eleições a *Concertación de partidos por la Democracia* perdeu sua condição de mais votada para a Câmara dos Deputados, que detinha desde 1989. Nesta ocasião, a *Coalición por el Cambio*, com seus cinquenta e oito deputados lhe destituiu do posto (diante dos cinquenta e quatro da *Concertación*).

A outra transformação se refere a diversificação da composição da Câmara dos Deputados. Os resultados do pleito permitiram a chegada de novos partidos à Câmara: um histórico e outro de recente criação. Pela primeira vez desde a transição, apesar de que seus apoios se mantivesse ao redor dos habituais 5% em eleições anteriores, três deputados do Partido Comunista de Chile (PCCH) foram eleitos. O outro partido político que obteve três cadeiras foi o Partido Regionalista dos Independentes (PRI). Criado em 2006 mediante a fusão dos partidos regionalistas (Partido de Ação Regionalista – PAR – e Aliança Nacional dos Independentes – ANI), o PRI reuniu em 2009 algumas personalidades destacadas da Democracia⁵. A presença destes partidos na arena parlamentar é especialmente meritória, por ocorrer fora do guarda-chuvas de uma grande coalizão e em um sistema eleitoral que encoraja a competição coordenada de esforços via pactos eleitorais⁶.

Do lado das tendências que se confirmam no âmbito parlamentar, destaca-se a condição de potente maquinaria eleitoral que a UDI possui. Em uma Câmara de Deputados pequena (120 deputados), este partido conseguiu 37 assentos, que, somados a três deputados eleitos com *status* de independentes que são próximos a ele, o converte em um poderoso ator, necessário em muitas ocasiões para o processo

⁴ A poucas semanas das eleições presidenciais de quatro anos atrás, o agora presidente eleito decidiu apresentar-se como candidato, forçando seu partido (RN) a retirar o apoio ao, até então, único candidato, Joaquín Lavín (UDI) a quem, por sinal, derrotou no primeiro turno. Aquelas eles resistiram diante de uma bem-sucedida Bachelet, que obteve uma vantagem sobre eles de quase oito pontos, no segundo turno. Não obstante, a experiência permitiu que ele demonstrasse, no Chile sua força e recursos abundantes econômicos, que lhe permitiram organizar uma candidatura em breve espaço de tempo.

⁵ Este último feito, que provocou a cisão de um setor “histórico” do jovem partido, teve muito a ver com o rendimento positivo do partido em suas primeiras eleições para a Câmara dos Deputados. Nas eleições parlamentares de 2005, um dos partidos (PAR) que agora integra o PRI, obteve eleger uma deputada. Diga-se também que ela integrou, há dois anos, as bancadas do RN e, posteriormente da UDI.

⁶ No caso do comunismo cabe sinalizar a existência de um pacto eleitoral instrumental com a *Concertación*, denominado pacto contra a exclusão, que facilitou sua chegada ao parlamento. Baseado em um sistema de omissões recíprocas, a *Concertación* cedeu cinco quotas ao PCCH. Este, por sua vez, se omitiu em dois distritos eleitorais onde a presença de seus militantes podia dispersar a oferta do grupo progressista.

decisório no legislativo⁷. Todavia, no âmbito da direita, o partido de Piñera (RN) aumentou sua votação, mas reduziu o número de cadeiras (de vinte para dezoito); devido aos efeitos paradoxais que produz a alta desproporcionalidade do sistema eleitoral.

De forma paralela à UDI, embora em sentido oposto, nos quadros da *Concertación* se assiste lentamente ao anunciado declínio do PDC. A despeito da leve melhora nas eleições de 2005, a Democracia Cristã foi relegada ao posto de terceiro partido mais votado, atrás da UDI e da RN. O PDC passa, então, de vinte e um deputados para dezenove. As lutas internas, bem como o desgaste que afeta todos os partidos da *Concertación*, explicam grande parte dessa situação. Na mesma direção, a estagnação do apoio recebido pelo PPD e pelo PS tem a ver com a presença de vinte anos à frente do Executivo; porém, também reflete as disputas dentro do bloco progressista da *Concertación* em função da saída de Enríquez-Ominami do socialismo.

Por outro lado, no Senado, após a renovação em metade dos senadores, nas eleições de 2009, a *Concertación* mantém sua condição de coalizão majoritária (dezenove senadores contra dezesseis da *Coalición por el Cambio*), ainda contando com as inclinações de senadores independentes e fora das coalizões (que aumentam em um e dois, respectivamente os apoios para a *Concertación* e para a *Coalición por el Cambio*).

O terceiro grupo de elementos de mudança se refere ao impacto dos resultados eleitorais sobre o sistema partidário e sobre a estruturação da competição partidária. Neste sentido, as eleições presidenciais e parlamentares de 2009/2010 apontam para uma “direitização” do eleitorado chileno. A derrota do candidato da *Concertación* e o dissenso de sua base de apoios nas eleições para deputados é sintomática dessa guinada à direita. As próximas eleições municipais (dentro de dois anos) confirmarão ou negarão este movimento rumo à direita.

Por outro lado, estas eleições introduzem novos elementos para atualizar a discussão sobre clivagens no Chile. Mesmo que as análises pós-eleitorais venham a determinar, através de pesquisas, o destino dos votos dos partidários de Enríquez-Ominami, se pode adiantar, por razões de simples aritmética, que uma parte de seus votos foram transferidos para o candidato que, em teoria, era ideologicamente mais próximo dele: Frei. Porém, não se pode esquecer que nos 48,38% de votos recebidos por Frei no segundo turno, havia também transferências provenientes do quarto candidato, que disputava pela primeira vez: Jorge Arrate, do partido *Juntos Podemos*.

⁷ Sobre a dinâmica no Legislativo e as políticas de consensos dos primeiros governos da *Concertación* ver Siavelis (2000).

Arrate foi Ministro nos primeiros governos da *Concertación* e um destacado militante socialista. Seu agrupamento, que reúne partidos que orbitam em torno a uma esquerda mais ideologizada (Partido Comunista do Chile – PCCH; Movimento de Ação Popular Unitário Operário-Camponês - MAPU-OC -, e o Partido de Esquerda Cristão) obteve 6,21% dos votos no primeiro turno e deu apoio incondicional a Frei, no segundo turno.

Dito tudo isso, parece evidente que Frei não capitalizou todos os votos de Enríquez-Ominami e que Piñera aumentou seus apoios em quase oito pontos percentuais entre o primeiro e o segundo turno. Assim, ainda que seja certo que o número de votos válidos tenha aumentado em 34.000 do primeiro para o segundo turno (entre os quais haveria partidários de Enríquez-Ominami), é possível que a mobilização dos desencantados e dos abstencionistas pelo fenômeno MEO tenha contribuído para a vitória de Piñera, no segundo turno. Diante deste cenário, se poderia afirmar que, nas primeiras eleições sem Pinochet vivo, se produziu um diminuição na capacidade estruturadora da clivagem autoritarismo/democracia que, tempos atrás, havia culminando na combinação das duas grandes coalizões (*Concertación* e *Coalición por el Cambio*). Sobretudo quando, além disso, a vitória de Piñera ocorreu a despeito dos comentários e acusações de Frei, entre outros, sobre as tintas “pinochetista” de alguns dos membros da equipe do candidato de direita. Além disso, estas transferências de votos para Piñera, vindos de eleitores próximos à *Concertación*, sinalizariam o redesenho dos famosos *três terços* (esquerda, centro, direita) e sua transformação em quatro quartos, ao haver gerado um importante segmento de eleitores abstencionistas.

Como terceiro elemento de transformação do sistema partidário chileno, a ser confirmado a transferência de apoios, uma parte da liderança de Enríquez-Ominami e de Piñera seria mais atribuível a um voto mais personalista e menos ideológico, do que ao que vem sendo tradicionalmente explicando para a interpretação do comportamento eleitoral no Chile. Não é a primeira vez que se produz um voto não-programático, ainda que este pareça ter sido muito maior nesta do que em outras eleições. Por exemplo, uma pequena porcentagem da vitória de Bachelet e seu incremento de apoios entre o primeiro e o segundo turnos de 2005 é explicado pela solidariedade de gênero e não por critérios ideológicos. Este é o caso de alguns grupos específicos, como o das mulheres.

Em síntese, se o resultado das eleições de 2005 foi retratada pela maioria dos analistas como cheia de continuidades, com a única grande novidade parecendo ser a do acesso de uma mulher à presidência da República, as últimas eleições abrem no Chile uma nova etapa na história recente. Os resultados mostram a dupla derrota

daquilo que foi denominado no Chile como o oficialismo em eleições presidenciais e parlamentares; mais ainda, revelam algumas transformações no sistema partidário do país que nos permitem falar de “eleições da mudança”.

Perspectivas para o futuro

Neste clima, tanto o desenho da disputa eleitoral, como o êxito de Marco Enríquez-Ominami e os altos níveis de abstencionismo, delatam a necessária renovação que será sofrida pelos partidos chilenos. Acusados de elitismo, de ausência de democracia interna e de falta de renovação, estão entre as instituições mais desacreditadas de um país onde, outrora, foram sua coluna vertebral (Garretón *dixit*).

Por outro lado, o novo presidente terá que governar com duas câmaras, onde as opções de centro-esquerda e de direita estão bastante iguais, graças ao apoio de três deputados comunistas que se somarão aos da *Concertación* em muitas das votações. Contudo, um conjunto de deputados, provavelmente do PRI, pode inclinar a balança para a direita. Trata-se, portanto, de uma situação em que o PCCH e o PRI terão uma provável condição de “fiéis da balança”, no meio da continuidade de uma lógica bi-coalizacional. Por sua vez, a UDI fará valer seu peso parlamentar (domina um terço da Câmara dos Deputados), já que na distribuirão de cotas para o seu partido, no novo Gabinete, a sua voz não foi escutada proporcionalmente ao peso da sua força eleitoral. Fazendo eco do estado de ânimos apartidário, inédito no Chile, um considerável número de políticos independentes formam o governo de Piñera que, em março, inicia o primeiro mandato da direita no poder.

LAS ELECCIONES DEL CAMBIO: CHILE 2009/2010.¹

The Elections of change: Chile 2009/2010.

Letícia M. Ruiz Rodriguez
Universidad Complutense de Madrid
✉ leticiamaria.ruiz@cps.ucm.es

El 13 de diciembre de 2009 Chile celebraba la primera vuelta de las elecciones presidenciales. Era la quinta vez, desde el retorno de la democracia en 1989, que los chilenos elegían presidente de la República. Con una holgada victoria el candidato de la coalición de derecha, Sebastián Piñera (44,05% votos), pasó a la segunda vuelta para enfrentarse al ex presidente y candidato de la coalición de centro izquierda, Eduardo Frei (29,6votos). El *ballotage*, celebrado el 17 de enero de 2010, convirtió a Piñera en el presidente de los chilenos por los próximos cuatro años (51,61% de votos).

Con la victoria de Piñera se produce la primera alternancia democrática, a la vez que significa la llegada de la derecha al Palacio de la Moneda por primera vez en cincuenta y dos años (elecciones de 1958) mediante la vía de las urnas². Además, su triunfo desbancó a la coalición de centro-izquierda *Concertación de Partidos por la Democracia* (integrada por el Partido Demócrata Cristiano (PDC), el Partido Socialista (PS), el Partido por la Democracia (PPD) y el Partido Radical Socialdemócrata (PRSD) en el poder desde 1989.

¹ Algunas destas idéias foram esboçadas em: <http://www.fundacioncarolina.es/es-ES/nombrespropios/Documents/NPLeticiaRuiz1001.pdf>

² El presidente electo lidera la *Coalición por el Cambio*, formada por su partido, Renovación Nacional (RN), junto con la Unión Demócrata Independiente (UDI), un tercer partido de reciente creación, Chile Primero (CH1), así como dos agrupaciones menores.

Mucho ha cambiado en Chile, desde las elecciones de 1993 en que Frei se convirtió en primera vuelta en el presidente más votado de la historia del país (58% de los votos). En esta ocasión, la *Concertación* no ha sabido vender su marca, ni rentabilizar sus éxitos económicos y, para muchos, tampoco elegir bien su envoltorio. La vuelta del ex presidente y demócrata cristiano Eduardo Frei como candidato de la *Concertación*, que continúa una tendencia ya vista en países como Perú (Alan García), Costa Rica (Oscar Arias) o Nicaragua (Daniel Ortega), no parece haber ayudado a promover la idea de cambio que el electorado demandaba. A ello se unen algunas malas prácticas y dinámicas clientelares en el reparto de puestos como otras razones de la caída del centro-izquierda.

A continuación se reflexiona sobre los cambios introducidos en esta elección en torno a tres aspectos: planteamiento de la contienda electoral, resultados parlamentarios e interpretación de resultados electorales y parlamentarios sobre el sistema de partidos políticos. Las elecciones chilenas 2009/2010 han supuesto el mayor de los cambios que haya experimentado la dinámica partidista chilena desde 1989 al producirse la doble derrota de la *Concertación* en las elecciones Presidenciales y a Diputados; quedando en el Senado con un nivel de apoyo similar a la coalición rival. Pero además, estas elecciones se pueden caracterizar como elecciones de cambio por haberse producido un movimiento a la derecha por parte del electorado, así como una desconcentración de los votos que hasta ahora reunían los partidos las dos coaliciones rivales. Así, otros partidos al margen de las coaliciones se han colado en la escena, junto a un candidato *independiente* que ha capitalizado un porcentaje considerable del apoyo electoral.

Los elementos del cambio en las elecciones chilenas

El primer grupo de elementos de cambio se refieren al modo en que se estableció la contienda electoral. Por primera vez desde la vuelta a la democracia el voto concertacionista estaba repartido entre dos candidatos: el demócrata cristiano Eduardo Frei y el ex socialista Marco Enríquez Ominami. Este último, conocido por el acrónimo MEO, protagonizó un enfrentamiento en el seno de la *Concertación* al reclamar primarias para designar el candidato oficial. En las elecciones de 1993 se realizó el primer ensayo cercano a la primarias que llevó a Frei (frente a Ricardo Lagos) a convertirse en el candidato oficial de la coalición. En las elecciones de 1999 Lagos derrotó a Andrés Zaldívar (PDC) en unas elecciones primarias, en sentido estricto, y, en las elecciones de 2005, las primarias previstas no llegaron a celebrarse.

La candidata Soledad Alvear (PDC) se bajó de la competición por la alta popularidad de Bachelet (PS) que se convirtió en la candidata de la Concertación y finalmente fue elegida presidenta de la República.

Sin embargo, a diferencia de las prácticas promovidas en anteriores comicios la petición de Enríquez-Ominami se encontró con las resistencias de la élite de los diferentes partidos de la coalición, incluido el suyo. Respetando los procedimientos internos, aunque contradiciendo su espíritu, los tres principales partidos de la *Concertación* acordaron designar como su propio candidato para las hipotéticas primarias a Eduardo Frei. Ello restó sentido a la celebración de las mismas y provocó una proclamación, prácticamente *de facto*, del demócrata cristiano como el candidato oficial de la coalición.

La designación de Frei para las presidenciales como el candidato de la Concertación provocó el abandono de Enríquez-Ominami de su partido y de la coalición. Convertido en independiente rentabilizaría el conflicto con su ex coalición presentándose como una víctima de las prácticas elitistas y poco democráticas de la concertación. Su discurso *anti establishment*, novedoso en Chile, y su manejo comunicacional, movilizaron al electorado progresista desencantado con el proyecto concertacionista, que sufre el desgaste de veinte años de gobierno y algunos escándalos de corrupción, así como a la creciente masa de abstencionistas no inscritos que se identifican con la izquierda³. El 20,13% de votos que logró en la primera vuelta de estas elecciones le ha convertido en el candidato independiente más exitoso de la historia del Chile post-autoritario

La pugna entre Enríquez-Ominami y Frei trajo la fragmentación del voto concertacionista que no pudo ser capitalizado por Frei íntegramente para la segunda vuelta. El apoyo tardío y tímido de Enríquez-Ominami tiene algo que ver en el fracaso del candidato oficial de la Concertación. Aunque se produjo una remontada respecto de la primera vuelta celebrada en diciembre de 2009 (Frei ha aumentado de un 29,6 % a un 48,38 % de votos) que hace meses era imprevisible, no fue posible que todo el electorado progresista se uniera en torno a Frei y contra Piñera.

Junto a estos cambios en el entorno concertacionista, el otro elementos novedoso que trajo el planteamiento de esta elección y que ayudó en la victoria de Piñera, fue la unidad de la derecha en torno a un único candidato. En este punto es donde la carrera presidencial de Piñera tuvo su primera batalla. Hasta su designación

³ El apoyo de parte del electorado de izquierda fue también posible gracias a que partidos como el Partido Humanista y del Partido de los Verdes respaldaron oficialmente la candidatura de Enríquez-Ominami.

como candidato oficial de la *Coalición por el Cambio* nunca había existido un único candidato de la coalición de derecha (que antes se llamaba *Alianza por Chile*). La negociación con la élite de la UDI, el partido más votado en Chile actualmente, para la cesión del espacio a Piñera entrañaba que olvidaran sus tradicionales enfrentamientos y el mal trago ocasionado por éste en 2005⁴.

El segundo grupo de cambios que ha supuesto esta elección se refiere al ámbito parlamentario donde los comicios a diputados y senadores han introducido al menos dos grandes transformaciones, junto a la consolidación de alguna tendencia. Como primer cambio cabe señalar que tras estas elecciones la *Concertación de partidos por la Democracia* ha perdido su condición de más votada en la Cámara de Diputados que desde 1989 detentaba. En esta ocasión la *Coalición por el Cambio* con sus cincuenta y ocho diputados le ha arrebatado el puesto (frente a cincuenta y cuatro de la *Concertación*).

La otra transformación se refiere a la diversificación en la composición de la Cámara. Los resultados de estos permiten la llegada de dos nuevos partidos a la Cámara, uno histórico y otro de reciente creación. Por primera vez desde la transición, pese a que sus apoyos no habían bajado del 5% en anteriores elecciones, acceden tres diputados del Partido Comunista de Chile (PCCH). El otro partido político que se ha hecho con tres escaños es el Partido Regionalista de los Independientes (PRI). Creado en el 2006 mediante la fusión de dos partidos regionalistas (Partido de Acción Regionalista (PAR) y Alianza Nacional de los Independientes (ANI)) el PRI ha sumado en 2009 a algunas personalidades destacadas de la DC, como el histórico líder Adolfo Zaldívar⁵. La presencia de estos partidos en la arena parlamentaria es especialmente meritoria al ser fuera del paraguas de una coalición y bajo un sistema electoral que alienta la competición coordinada de esfuerzos vía pactos electorales⁶.

⁴ A pocas semanas de los comicios presidenciales de hace cuatro años, el ahora presidente electo decidió presentarse como candidato forzando a su partido (RN) a retirar el apoyo al hasta entonces único candidato Joaquín Lavín (UDI) a quien, además, derrotaría en la primera vuelta. Aquellas elecciones se le resistieron frente a una exitosa Bachelet que le aventajó en casi ocho puntos en segunda vuelta. Sin embargo, la experiencia le permitió exhibir ante Chile su empuje y sobrados recursos económicos para levantar una candidatura en un breve plazo de tiempo.

⁵ Este último hecho, que produjo la escisión de un sector “histórico” del joven partido, ha tenido mucho que ver con el positivo rendimiento del partido en sus primeras elecciones a diputados. En las elecciones parlamentarias de 2005 uno de los partidos (PAR) que ahora conforman el PRI consiguió una diputada. Si bien hace dos años ésta se integró a las bancadas primero de RN y luego de la UDI.

⁶ En el caso del comunismo cabe señalar la existencia de un pacto electoral instrumental con la Concertación, denominado pacto contra la exclusión, que ha facilitado su llegada al parlamento. Basado en un sistema de omisiones recíprocas, la Concertación cedió cinco cupos al PCCH y éste, a su vez, se omitió en los distritos electorales en donde la presencia de sus militantes, podía dispersar la oferta del mundo progresista.

En el lado de las tendencias que se confirman en el ámbito parlamentario destaca la condición de potente maquinaria electoral que detenta la UDI. En una pequeña Cámara de Diputados (120 diputados), este partido ha conseguido 37 diputados que, sumados a tres diputados electos con *status* de independientes que son de su entorno, le convierte en un poderoso actor necesario en muchas ocasiones para sacar adelante la legislación⁷. Todavía en el ámbito de la derecha, el partido de Piñera (RN) ha aumentado sus votos pero disminuido sus escaños (de veinte escaños a dieciocho); por las paradojas que genera el muy desproporcional sistema electoral.

De forma paralela a la UDI, aunque con una suerte de signo inverso, en las filas de la *Concertación* se asiste lentamente al anunciado declive del PDC. Tras la leve mejora de las elecciones de 2005, la Democracia Cristiana ha quedado relegada al puesto de tercer partido más votado, por detrás de la UDI y de RN. Desciende así el PDC de veintiún diputados a diecinueve diputados. Las luchas internas, así como el desgaste que afecta a todos los partidos de la *Concertación* explican gran parte de esta situación. En esta misma dirección, el estancamiento en los apoyos recibidos por el PPD y PS tiene algo que ver con la presencia de veinte años en el Ejecutivo; pero también se hace eco de las disputas dentro del bloque progresista de la *Concertación* a propósito de la salida de Enríquez-Ominami del socialismo.

Por su parte, en el Senado, tras la renovación de la mitad de la cámara de senadores que han supuesto estas elecciones de 2009, la *Concertación* mantiene su condición de coalición mayoritaria en el Senado (diecinueve senadores de la *Concertación* frente a dieciséis de la *Coalición por el Cambio*), aún contando con las inclinaciones de los senadores independientes y fuera de las coaliciones (que aumentan en uno y dos, respectivamente los apoyos a la *Concertación* y a la *Coalición por el Cambio*).

El tercer grupo de elementos de cambio se refiere al impacto de los resultados electorales sobre el sistema de partidos y sobre la estructuración de la competencia partidista. En este sentido, las elecciones presidenciales y parlamentarias de 2009/2010 hablan de una derechización del electorado chileno. Este viraje a la derecha se ha escenificado por la derrota del candidato de la *Concertación* y por el descenso en su nivel de apoyos en las elecciones a diputados. La próxima cita en las elecciones municipales (dentro de dos años) confirmará o negará este movimiento a la derecha.

⁷ Sobre la dinámica en el Legislativo y las políticas de consensos de los primeros gobiernos concertacionistas ver Siavelis (2000).

Por otra parte, estas elecciones introducen nuevos elementos para actualizar la discusión sobre clivajes en Chile. Con independencia de que los análisis post-electorales mediante encuesta determinen el destino del voto de los partidarios de Enríquez-Ominami, se puede adelantar, por aritmética, que una parte de los votos fueron transferidos al candidato que en teoría era más cercano ideológicamente: Frei. Pero, no hay que olvidar que en el 48,38% de votos a Frei se incluyen también las transferencias provenientes del cuarto candidato que competía en la primera vuelta, Jorge Arrate del *Juntos Podemos*. Arrate ha sido ministro en los primeros gobiernos concertacionistas y fue un destacado militante socialista. Su agrupación, que reúne a partidos de la órbita de una izquierda más ideologizada (Partido Comunista de Chile, al Partido (Mov de Acción Popular Unitario Obrero Campesino (MAPU-OC) y al Partido Izquierda Cristiana, logró un 6,21% de votos en primera vuelta y mostró un apoyo incondicional a Frei para el *ballotage*.

Dicho todo esto, parece evidente que Frei no capitalizó todos los votos de Enríquez- Ominami y, es una realidad, que Piñera aumentó sus apoyos en casi ocho puntos entre las dos vueltas. Así que, aunque es cierto que el número de votos válidos entre las dos vueltas aumentó en 34.000 votos (entre los que habría partidarios de Enríquez- Ominami), pudiera ser que la movilización de desencantados y abstencionistas por el fenómeno MEO haya contribuido a la victoria de Piñera en la segunda vuelta. En este escenario es en el que se podría afirmar que en las primeras elecciones sin Pinochet vivo se ha producido un descenso en la capacidad estructuradora del clivaje autoritarismo/democracia que amalgamó a las dos coaliciones tiempo atrás. Sobre todo cuando, además, la victoria de Piñera ha sido a pesar de los repetidos comentarios y apelaciones de Frei, entre otros, sobre el tinte pinochetista de algunos de los miembros del equipo del candidato de la derecha. Además, estas transferencias de votos a Piñera desde entornos concertacionistas hablarían de un desdibujamiento de los famosos tres tercios (izquierda, centro y derecha) que ahora eran ya cuatro cuartos, al haberse generado un importante sector de abstencionistas

A su vez, como tercer elemento de transformación del sistema de partidos chileno, de confirmarse la citada transferencia de apoyos, una parte del liderazgo de Enríquez-Ominami y de Piñera sería atribuible a un voto más personalista y menos ideológico del que tradicionalmente viene explicando el comportamiento electoral en Chile. No es esta la primera vez que se produce un voto no programático, aunque sí parece que ha sido más alto que en otras ocasiones. Por ejemplo, un pequeño porcentaje de la victoria de Bachelet y su incremento de apoyos entre las dos vueltas

tiene su explicación en la solidaridad de género más que en criterios ideológicos. Éste es el caso de determinados colectivos como el de mujeres pobladoras

En síntesis, si la cita electoral del 2005 fue retratada por la mayoría de los analistas como llena de continuidades con la única gran novedad del acceso de una mujer a la presidencia de la República, las elecciones que ahora han finalizado abren en Chile una nueva etapa en su historia reciente. Los resultados muestran la doble derrota de lo que en Chile se ha venido denominando como el *oficialismo* en elecciones presidenciales y parlamentarias; pero además delatan algunas transformaciones en el sistema de partidos chileno que nos hacen hablar de unas elecciones de Cambio.

Perspectivas de futuro

En este clima, tanto el planteamiento de la contienda electoral, como el éxito de Marco Enríquez Ominami, y los altos niveles de abstencionismo, delatan la necesaria renovación que han de acometer los partidos políticos chilenos. Acusados de elitismo, de ausencia de democracia interna y de falta de renovación son una de las instituciones más desacreditadas de un país donde otrora fueron su columna vertebral (Garretón *dixit*).

Por otra parte, el nuevo presidente tendrá que gobernar con dos cámaras donde las opciones de centro-izquierda y de derecha están bastante igualadas gracias a los apoyos de los tres diputados comunistas que se sumarán a los concertacionistas en muchas de las votaciones. Sin embargo, un puñado de diputados probablemente del PRI puede inclinar la balanza hacia la derecha. Se trata por lo tanto de una situación en la que el PCCH y el PRI tendrán una condición probable de partidos visagra en el medio de la continuidad de una lógica bicoalicional. A la vez, la UDI hará valer su peso parlamentario (domina un tercio de la cámara de diputados) ahora que en el reclamo de cupos para su partido en el nuevo Gabinete no se ha escuchado su voz en proporción a su fuerza electoral. Haciéndose eco del estado de ánimo *apartidista*, novedoso en Chile, un nutrido grupo de independientes conforman el gobierno de Piñera que en marzo inicia la andadura de la derecha en el poder.

CHILE: SOBRE A VITÓRIA DA DIREITA E A DERROTA DA ESQUERDA.

Chile: on the victory of the right-wing and the defeat of the left-wing.

Sebastien Dubé

Universidad Diego Portales - Chile

✉ sebastien.dube@mail.udp.cl

No dia 17 de janeiro, os votantes chilenos elegeram, pela primeira vez em mais de meio século, um presidente de corte direitista. Por ocasião do segundo turno da eleição presidencial, 51,6% dos votantes apoiaram o candidato de centro-direita - Sebastián Piñera -, enquanto 48,4% do eleitorado deu seu apoio ao senador Eduardo Frei, candidato da *Concertación*, de centro-esquerda, que está no poder desde 1990.

Considerando o nível de apoio à administração da presidenta Michelle Bachelet, que supera os 80%, os temas que foram mais relevantes na campanha e para a votação no primeiro turno, se poderia argumentar que o triunfo de Piñera significa mais a derrota da esquerda do que a vitória da direita chilena. Porque este diagnóstico? Primeiro, porque, a nível agregado, a volatilidade eleitoral entre os apoios da esquerda e da direita foi limitada. Segundo, porque a direita parece ter ganhado graças a sua evolução em direção ao centro e porque adotou posturas moderadas e progressistas, que até então eram temas tradicionais da esquerda.

De fato, embora o resultado da eleição signifique um giro ideológico no poder no Chile, poucos elementos demonstram que o eleitorado mudou em termos de sua localização ideológica. No primeiro turno da eleição presidencial, em 12 de dezembro, os candidatos de centro-esquerda e de esquerda identificados com a *Concertación* acumularam uma votação superior a 55% dos votos. Eduardo Frei

garantiu o acesso ao segundo turno com 29% dos votos, seguido pelo ex-deputado do Partido Socialista, Marco Enriquez-Ominami (20%) e pelo comunista Jorge Arrate (6%). Por sua vez, como único candidato da direita, Sebastián Piñera obteve 44% no primeiro turno.

O triunfo de Sebastián Piñera significa que Eduardo Frei, candidato da situação, não teve sucesso para angariar votos da totalidade dos eleitores que no primeiro turno haviam votado na esquerda e centro-esquerda. Como explicar essa falha do ex-presidente? No momento em que escrevo este texto, quatro hipóteses parecem plausíveis: (1) o baixo entusiasmo suscitado pelo candidato Frei; (2) as divisões internas da *Concertación*; (3) a percepção de moderação da direita chilena, por parte do eleitorado e; (4) a falta de apoio da presidenta Michelle Bachelet ao candidato Frei.

Eduardo Frei foi selecionado para representar a *Concertación* depois que o ex-presidente Ricardo Lagos e o atual secretário da Organização dos Estados Americanos (OEA), Jorge Miguel Inzulza, retiraram suas respectivas candidaturas, em fins de 2008. Aparentemente, nenhum dos dois políticos julgava ser possível unir a *Concertación* em torno de suas respectivas candidaturas e assegurar êxito frente a Sebastián Piñera, que liderava amplamente as intenções de voto. Aproveitando este vazio e contando com o apoio dos líderes dos partidos da *Concertación*, Frei ganhou as eleições primárias, que culminaram em divisões e na saída do deputado do Partido Socialista, Marco Enriquez-Ominami.

Criticando aberta e ferozmente os líderes dos partidos da *Concertación* e descrevendo tanto Frei como Piñera como homens do passado, Enriquez-Ominami lançou sua campanha para a eleição presidencial com apoios significativos provenientes da *Concertación*. Apresentou-se como o único candidato que representava uma mudança geracional e seus 20% de apoio eleitoral no primeiro turno demonstraram que muitos eleitores de esquerda estavam insatisfeitos com a candidatura de Frei e pouco preocupados em debilitar a candidatura da situação, ao contribuir para a divisão da votação da *Concertación*. Somados ao fato de que poucos chilenos têm boas recordações do período de Frei na presidência do país (1994-2000), a campanha de Enriquez-Ominami debilitou ainda mais a candidatura do senador.

Ao baixo entusiasmo popular por Frei, se juntou uma moderação ideológica importante por parte da direita chilena. Durante a campanha, Sebastián Piñera enfatizou *ad nauseam* que havia votado contra a permanência do ditador Augusto

Pinochet, no plebiscito de 1988, e deu a entender que o seu governo não incluiria indivíduos que tivessem relação estreita com o regime militar. Além disso, Piñera foi bem sucedido em silenciar os seus aliados mais conservadores de extrema-direita, de maneira que um eleitor de centro e cansado dos governos da *Concertación* pudesse anular seu voto ou votar em Piñera, sem o temor de que o próximo governo tivesse um vestígio “pinochetista”. Finalmente, ao adotar posturas como o apoio ao reconhecimento legal da união civil entre casais do mesmo sexo, Piñera mandou sinais de que seu governo seria um defensor das liberdades individuais, um claro desafio aos conservadores que o apóiam.

Eduardo Frei tampouco pode aproveitar o altíssimo nível de apoio do qual gozava a presidenta Michelle Bachelet . Seja por ambições pessoais – como voltar como candidata em 2014¹ - ou porque sua relação com os partidos da *Concertación* foram tumultuadas em mais de uma ocasião, Bachelet deu um apoio explícito, porém tímido, a Eduardo Frei. Segundo vários analistas, ao final, esta falta de apoio concreto ao senador favoreceu claramente a candidatura de Piñera.

A nível nacional, a última eleição chilena obrigará a *Concertación* a se redefinir como coalizão unida e defensora de um projeto social e político bem claro. Ironicamente, o êxito eleitoral da esquerda chilena sempre foi acompanhado de críticas a respeito da escassez de suas políticas realmente progressistas. No papel de oposição, é provável que se venha a se redefinir como uma coalizão política mais radical, claramente situada a esquerda do espectro político. Isso, se conseguir sobreviver como coalizão política, dada sua estrutura complexa e suas dificuldades para resolver os conflitos internos que a abalam.

Do lado dos ganhadores, é provável que a realidade do poder obrigue a direita chilena a adotar posturas mais moderadas e a expurgar seus elementos mais conservadores e autoritários. Portanto, se pode esperar que a direita experimente o mesmo fenômeno de moderação, que caracterizou a esquerda enquanto esta esteve no poder, a partir de 1990. A nível regional, se a vitória da *Concertación*, em 1990, marcou o princípio de uma certa “onda de esquerdas” na América Latina, a vitória de Piñera poderia significar o princípio de uma volta ao poder de vários governos de direita na região.

¹ Uma vez que a reeleição consecutiva não é permitida no Chile, a presidenta Bachelet não podia concorrer a um segundo mandato. Certamente, poderá ser candidata para as eleições que marcarão o fim da administração de Piñera

CHILE: DE LA VICTORIA DE LA DERECHA Y DE LA DERROTA DE LA IZQUIERDA

Chile: on the victory of the right-wing and the defeat of the left-wing.

Sebastien Dubé
Universidad Diego Portales - Chile
✉ sebastien.dube@mail.udp.cl

El 17 de enero, los votantes chilenos eligieron por primera vez en más de medio siglo a un presidente de corte derechista. En ocasión de la segunda vuelta de la elección presidencial, el 51,6% de los votantes apoyaron al candidato de centro-derecha Sebastián Piñera mientras el 48,4% del electorado dio su apoyo al candidato de la Concertación de centro-izquierda, partido en el poder desde 1990, el senador Eduardo Frei.

Considerando el nivel de apoyo a la administración de la presidenta Michelle Bachelet que supera los 80%, los temas que fueron más relevantes en la campaña y la votación en la primera vuelta, se puede plantear que el triunfo de Piñera significa más el derrocamiento de la izquierda que la victoria de la derecha chilena. ¿Por qué ese diagnóstico? Primero, porque a nivel agregado, la volatilidad electoral entre los apoyos a la izquierda y la derecha ha sido limitada. Segundo, porque la derecha parece haber ganado gracias a su evolución hacia el centro y porque adoptó posturas moderadas y progresistas que hasta entonces eran temas tradicionales de la izquierda.

De hecho, aunque el resultado de la elección significa un giro ideológico en el poder en Chile, pocos elementos demuestran que el electorado cambió en

su ubicación ideológica. En la primera vuelta de la elección presidencial, el 12 de diciembre, los candidatos de centro-izquierda y de izquierda identificados con la Concertación acumularon una votación superior al 55% de los votos. Eduardo Frei ganó el pase al balotaje con el 29% de los votos, seguido por el diputado ex-Partido Socialista Marco Enriquez-Ominami (20%) y por el comunista Jorge Arrate (6%). Por su parte, como único candidato de la derecha, Sebastián Piñera obtuvo el 44% de los votos en la primera vuelta.

El triunfo de Sebastián Piñera significa que el candidato oficialista Eduardo Frei no logró reunir la totalidad de los votos de izquierda y de centro-izquierda de la primera vuelta. ¿Cómo explicar ese fallo del ex-presidente? Al momento de escribir este texto, cuatro hipótesis parecen plausibles: (1) el bajo entusiasmo suscitado por el candidato Frei; (2) las divisiones dentro de la Concertación; (3) la percepción de moderación de la derecha chilena por parte de los votantes; y (4) la falta de apoyo de la presidenta Bachelet al candidato Frei.

Eduardo Frei fue seleccionado para representar a la Concertación después de que el ex-presidente Ricardo Lagos y el actual Secretario de la Organización de Estados Americanos, José Miguel Insulza, retiraran su candidatura a finales del 2008. Aparentemente, ninguno de los dos políticos juzgaba posible unir a la Concertación detrás de su respectiva candidatura y asegurar su triunfo frente a un Sebastián Piñera que lideraba ampliamente en las intenciones de voto. Aprovechando el vacío y contando con el apoyo de los líderes de los partidos de la Concertación, Frei ganó unas elecciones primarias que suscitaron divisiones y la salida del diputado del Partido Socialista Marco Enriquez-Ominami.

Criticando abierta y ferozmente a los líderes de los partidos de la Concertación y describiendo tanto a Frei como a Piñera como hombres del pasado, Enriquez-Ominami lanzó su campaña para la elección presidencial con apoyos significativos provenientes de la Concertación. Se presentó como el único candidato que representaba un cambio generacional y su 20% de apoyo en la primera vuelta demostró que varios votantes de izquierda estaban poco conformes con la candidatura de Frei y poco preocupados por debilitar la candidatura oficialista al contribuir a la división del voto concertacionista. Sumadas al hecho de que pocos Chilenos tienen buenos recuerdos de la época de la presidencia de Frei (1994-2000), la campaña de Enriquez-Ominami debilitó aun más la candidatura del senador.

El bajo entusiasmo popular por Frei se sumó a una moderación ideológica importante por parte de la derecha chilena. Durante la campaña, Sebastián Piñera subrayó *ad nauseam* que había votado contra la permanencia del dictador Pinochet en el plebiscito del 1988 y dejó a entender que su gobierno no incluiría individuos estrechamente relacionados al régimen militar. Además, Piñera logró silenciar a sus aliados más conservadores de la extrema-derecha, de manera que un votante de centro y cansado de los gobiernos de la Concertación pudiera cancelar su voto o votar por Piñera sin temores de que el próximo gobierno llevase una huella pinochetista. Finalmente, al adoptar posturas como el apoyo al reconocimiento legal de uniones civiles de parejas de mismo sexo, Piñera mandó señales de que su gobierno sería un defensor de las libertades individuales, un claro desafío a los elementos más conservadores que lo apoyan.

Eduardo Frei tampoco pudo aprovechar el altísimo nivel de apoyo del cual goza la presidenta saliente Michelle Bachelet. Sea por ambiciones personales – como volver como candidata en el 2014¹ – o sea porque sus relaciones con los partidos de la Concertación fueron tumultuosas en más de una ocasión, Bachelet dio un apoyo explícito pero más bien tímido a Eduardo Frei. Según varios analistas, al final, esta falta de apoyo concreto al senador jugó claramente a favor de la candidatura de Piñera.

A nivel nacional, la última elección chilena obligará a la Concertación a redefinirse como coalición unida y defensora de un proyecto social y político bien definido. Irónicamente, el éxito electoral de la izquierda chilena siempre fue acompañado de críticas acerca de la escasez de sus políticas realmente progresistas. En la oposición, es probable que se redefina como una coalición política más radical, claramente situada a la izquierda del espectro político. Eso, si logra sobrevivir como coalición política por su estructura compleja y sus dificultades para resolver los conflictos internos que la sacuden.

Del lado de los ganadores, es probable que la realidad del poder obligue a la derecha chilena a moderarse y a depurarse de sus elementos más conservadores y autoritarios. Por lo tanto, se puede esperar que la derecha experimente el mismo fenómeno moderador que el que caracterizó a la izquierda a partir del 1990. A

¹ Ya que la reelección consecutiva no es permitida en Chile, la presidenta Bachelet no podía solicitar un segundo mandato. Sin embargo, podría ser candidata para las elecciones que marcarán el fin de la administración de Piñera.

nivel regional, si la victoria de la Concertación en el 1990 marcó el principio de una cierta “ola de izquierdas” en América Latina, la victoria de Piñera podría significar el principio de la vuelta al poder de varios gobiernos de derecha en la región.

PESQUISAS DE OPINIÃO PÚBLICA E DECISÃO DE VOTO NA ALEMANHA.

Public opinion surveys and vote decision in Germany.

Renate Kösher

Institut für Demoskopie Allensbach - Alemanha

Em novembro de 2009, as professoras Helcimara Telles (UFMG) e Silvana Krause (UFG), do Conselho Editorial do **Em Debate**, entrevistaram Renate Kösher, Diretora de um dos principais institutos de pesquisa em opinião pública da Alemanha - o *Institut für Demoskopie Allensbach* (<http://www.ifd-allensbach.de/>) - fundado por Elisabeth Noelle-Neumann, autora da teoria do Espiral do Silêncio. Kösher é responsável pela realização de pesquisas de opinião pública e comportamento eleitoral do instituto. **Em Debate** publica neste mês a primeira parte da entrevista, que aborda as pesquisas eleitorais, os partidos políticos e a decisão de voto nas últimas eleições alemãs.

Em Debate: A Sra. realiza pesquisas de opinião eleitoral?

Renata Kocher: Sim, para cada uma das eleições do Bundestag (o Parlamento alemão). Creio que esta foi a décima sexta eleição do Bundestag para a qual realizamos prévias. E dessa vez nós tivemos, como acredito, um desvio médio de 0,8% em relação ao resultado real das eleições.

ED: Como a Sra. explica que também na Alemanha os partidos estejam passando por uma crise de “desafeto político” por parte da população? Porque as pessoas não gostam mais dos partidos? Isto é um fenômeno internacional, mas porque o desinteresse político está em constante crescimento desde a década de 1980 na Alemanha, especialmente ao observarmos a última eleição? O que os cidadãos

pensam? Eles pensam que os partidos não têm mais importância? Como se pode desenvolver uma democracia sem partidos?

RK: Há muitos anos que nós temos sempre perguntado essa questão, se as pessoas estão decepcionadas com todos os partidos presentes no Bundestag. Pouco antes da última eleição, a parte do povo que estava desapontada com todos os partidos era muito baixa. Faz muito tempo que enfrentamos a menor taxa de participação nas eleições e ao mesmo tempo também a menor taxa de desapontamento das pessoas em relação aos partidos. Qual é a razão para isso? O desinteresse pelos partidos normalmente aumenta rapidamente no momento em que os mesmos começam a intervir na vida das pessoas. Ou seja, durante o tempo de debates sobre a reforma, o descontentamento com os partidos foi ao seu ponto mais alto, mas esta foi uma eleição que não afetou as pessoas.

As pessoas consideravam as eleições algo chato, mas elas também não temiam que um dos partidos pudesse intervir nas suas vidas. Assim, os eleitores estavam desinteressados, mas não necessariamente descontente com os partidos. Por esse motivo, eu acho que é muito importante a separação entre os conceitos negativos e estereótipos políticos, o que é aquilo que a maioria das pessoas possuem. As pessoas não têm uma idéia positiva dos políticos, tampouco dos partidos. No momento em que aparece uma figura carismática, como a do senhor Gutenberg, por exemplo – que era muito popular – há uma queda significativa do interesse político, especialmente entre a população abaixo da faixa dos 30 anos e diminui a vontade de lidar com temas políticos em profundidade, que eu acredito ser um problema maior que os desafetos partidários. Há tantas possibilidades de entretenimento pessoal que qualquer outra coisa parece mais interessante e prazerosa que a monótona política. Hoje, a política também se mostra muito pragmática. Se por um lado isto é uma característica desejada pela população, por outro, as pessoas esperam por uma figura carismática, como Obama, por exemplo – que é muito popular na Alemanha, onde esperam que a política possa representar uma possibilidade de “cura”, mas a população é realista o bastante para saber que isto não acontecerá.

ED: E a personalização está se tornando cada vez mais importante para se vencer as eleições?

RK: As pessoas são muito importantes, em tempos de declínio do consumo de jornais impressos, o meio visual está se tornando cada vez mais importante. A questão é: como as pessoas são percebidas pelas outras pessoas através da mídia visual? Mas, sim, as pessoas são muito importantes!

ED: Mas, na Alemanha, os partidos têm uma história forte, por exemplo, os partidos cívicos FDP¹ e CDU². Como esses partidos se comportam na TV? Eles procuram estratégias diferentes para entreter o povo?

RK: Acho que os dois maiores partidos estão agora um pouco à margem porque os seus resultados eleitorais têm diminuído continuamente. Desta vez, fomos confrontados pelos resultados da eleição do Bundestag, na qual os dois maiores partido receberam, juntos, em torno de 55% dos votos. E assim, é claro, existe um processo intensivo de discussão sobre em que medida deve-se planejar de maneira diferente as campanhas eleitorais no futuro. Dessa vez, por exemplo, os partidos forneceram poucas informações por meio da campanha eleitoral, porque com informações de alta qualidade, ao ponto em que foi conduzida a campanha eleitoral de 2002, ou seja, uma campanha eleitoral que informa sobre os objetivos políticos, os partidos não tiveram boas experiências. É claro que isso também se deve aos objetivos políticos que os partidos tentaram informar à população, como reformas no Estado de Bem Estar Social, aumento de impostos sobre valor agregado, e assim por diante. Estes assuntos certamente não ajudaram a levantar sua popularidade, e conseqüentemente, dessa vez os partidos concentraram-se na propaganda com cartazes, uma campanha eleitoral curta, principalmente, quando possível, somente através de pessoas e de pequenas indicações dos fatos.

ED: Mas a Sra. não considera que existia um foco na política fiscal?

RK: Não necessariamente. Esse não era o foco principal para os eleitores, porque eles não acreditavam que um abrandamento dos impostos seria possível. Assim, os eleitores estavam convencidos de que não haveria um abrandamento fiscal. A CDU anunciou, durante as eleições, que haveria um “alívio” fiscal. O FDP exigiu um abrandamento dos impostos durante a campanha eleitoral, mas, no final das contas, não era relevante para as eleições porque os eleitores consideravam-no como uma típica promessa eleitoral e, portanto, a população não debateu o assunto.

ED: Os eleitores votaram, as políticas fiscais estavam em foco, mas ainda assim isso não afetou a eleição?

RK: Isso não era relevante para as eleições! A decisão do voto foi influenciada principalmente pela situação econômica. Na época das eleições nós sempre investigamos uma questão, ou seja, perguntamos às pessoas: as eleições dizem

¹ Freie Demokratische Partei (Partido Democrata Livre)

² Christlich Demokratische Union (União Democrata Cristã)

respeito a que? O que é decidido através dessas eleições? E desta vez, justamente, a resposta mais comum foi: estas eleições dizem respeito ao progresso da economia alemã e à superação da crise. A segunda resposta mais comum era: estas eleições dizem respeito à colocação no poder de um governo mais eficiente na Alemanha, que cometa menos falhas. E tudo o mais era, na maior parte, menos importante. Quanto aos impostos, quase ninguém acreditava que, como um eleitor, pode-se decidir à respeito do “alívio” fiscal a partir de seu voto.

ED: Mas a Sra. não considera que as eleições seriam sobre fatos?

RK: Sim, mas os impostos não eram importantes. E também estratégias especiais para a superação da crise não eram cruciais, de modo que os partidos não discutiram sobre isso. Era mais como se todo o período legislativo não fosse dominado majoritariamente pelos partidos civis, até o começo deste ano - também se pode dizer que depois do agravamento da crise econômica e financeira, de outubro até dezembro, deste momento em diante, de repente, ao longo dos meses seguintes até as eleições, os partidos civis (CDU e FDP) passaram a ter uma maioria indiscutível. Isto mostrou que havia apenas um objetivo para os eleitores, que era trazer ao poder um governo que tivesse a capacidade de superar a situação econômica.

ED: A situação econômica foi decisiva?

RK: A situação econômica foi decisiva! E o mais interessante: no começo da crise financeira, os partidos de esquerda acreditavam que a crise os ajudaria nas eleições, porque a população estava farta com o que estava acontecendo em relação aos bancos e por esse motivo, à princípio, era de se esperar que uma atmosfera anti-econômica ou anti-capitalista se desenvolvesse, mas esse não foi o caso. Ao invés disso, o sentimento de que a economia e a população tinham que se manter unidas para superar a crise coletivamente estava crescendo na população. O que significa que a conexão estava ficando mais forte e não a separação.

ED: Então, mesmo à luz da crise, não se desenvolveu uma atmosfera anti-capitalista!

RK: Não, mas eu quero dizer que a forte queda do SPD³ tem, por outro lado, uma longa história. A história começa mais ou menos em 1999 um ano depois que o SPD conquistou o governo. Em 1998, o SPD conquistou o governo com a promessa de desfazer a reforma do Estado de Bem-Estar social, que foi planejada ou que foram mesmo iniciadas logo antes das eleições. E, em 1999 o SPD

³ Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Socialdemocrata Cristão)

finalmente anunciou as reformas no Estado de Bem-Estar social, o que foi surpreendente e ao mesmo tempo decepcionante para seus eleitores. Então havia a Agenda “2010”, todas as reformas do setor de emprego, e os eleitores clássicos da esquerda pensaram que não era possível que um partido de esquerda pudesse conduzir tais políticas.

Isso finalmente terminou com a derrota nas eleições de 2005, mas com um resultado de 32%, que ainda pode ser considerado um bom resultado. Mas isso significava que o SPD teve que participar de forma mais ou menos como um colaborador júnior no governo e terminou por realizar políticas cívicas. Para piorar para o SPD, no final deste governo se iniciou a crise econômica, o que obrigou o governo a dar apoio contínuo à economia, então não existia mais qualquer clivagem entre os partidos civis e o SPD, havia somente entre o governo e o Linkspartei mas não entre o SPD e o CDU. E o último governo nunca foi considerado como uma fusão de equipes de toda a população, mas como um governo da CDU que tinha a participação do SPD. Portanto, a crise econômica não levou a um conflito de classes, como alguém julgaria inicialmente, mas criou um sentimento entre a população de que todos deveriam permanecer juntos.

Roteiro: Carlos Eduardo Freitas⁴ e Helcimara de Souza Telles⁵

Entrevista: Helcimara de Souza Telles e Silvana Krause⁶

Tradução: Aline Burni⁷, Fabio Bouzada⁸, Leonardo da Silveira Ev⁹ e Moritz Lohe¹⁰.

⁴ Jornalista, especialista em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, membro do grupo de pesquisa Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral.

⁵ Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP. Coordenadora do grupo de pesquisa Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral.

⁶ Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás – UFG. Doutora em Ciência Política pela Katholische Universität Eichstätt, Alemanha. Membro do grupo de pesquisa Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral.

⁷ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG – vinculada ao projeto “Opinião Pública: Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral” do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – DCP/UFMG.

⁸ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq – vinculado ao projeto “Opinião Pública: Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral” do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – DCP/UFMG.

⁹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq – vinculado ao projeto “Opinião Pública: Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral” do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – DCP/UFMG.

¹⁰ Mestrando em Ciência Política pela Freie Universität Berlin – FUBERLIM, com período de estágio na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

PUBLIC OPINION SURVEYS AND OF VOTE DECISION IN GERMANY

Renate Kösher

Institut für Demoskopie Allensbach - Alemanha

Em Debate: Do you conduct election opinion surveys?

Rentate Kösher: For each elections of the Bundestag, yes. This time it was, I guess, the sixteenth election of the Bundestag which we forecasted. And this time we had, as I believe, an average deviation of 0,8% of the actual results of the elections

ED: How can you explain that also in Germany the parties are suffering a crisis of politics disaffection by the population? Why do the people don't like parties anymore? That is an international phenomena, but why is the politics disaffection steadily growing since the 1980's in Germany, especially observed by the last election. What do the citizen think, do the think parties do not count anymore? How can one develop a democracy without parties?

RK: We do, since many years, always ask, if the people are disappointed by all parties presented in the Bundestag. Shortly before the last election the share of the people that were disappointed by al parties was very low. We do face the lowest turnout of elections since a long time and at the same time the lowest share of disappointed people since a long time. What is the reason for that? The party disaffection normally increases rapidly the moment the parties intervene in the life of the people. That means during the time of reform discussions the party disaffection was at the highest point, but this was an election which didn't affect the people. The people considered the election boring, but they also didn't fear that one of the parties would intervene in their lives. And therefore the electors were uninterested but not really disaffected by the parties. Therefore I think it is very important to separate between negative concepts of political stereotypes which

the majority of people do have, the politician does not have a positive standing the party even less, but the moment one charismatic figure appears, for example Mr. Gutenberg, who was directly very popular, and the willingness to deal with political topics in depth, which I do believe is the bigger problem than party disaffection. Especially the population, which is under thirty years old, is showing a significant decline of political interest, there are so many possibilities to enjoy one self, everything else is more interesting and joyful than boring politics. And today politics is also very pragmatical, which on the one hand is wanted by the people, but on the other hand the people do feel a yearning for charismatic persons, like Obama for example, who is very popular in Germany, and are hoping that politics could be a promise for cure, but the people are realistic enough to know that this won't happen.

ED: And personalization is becoming more important to win a election?

RK: Person are very important, in times with declining consumption of daily press, the visual medium is becoming more important, the question is, how are person perceived by the people through the visual media, but persons are very important!

ED: But in Germany the parties do have a strong history for example the civic parties, FDP and CDU. How do these parties behave on TV, do they pursue different strategies to "entertain" the people?

RK: I think the two major parties are right now a little bit clueless, because their electoral results have continually declined. This time we are faced with results of the Bundestag election in which the two major together just received about 55% of the votes. And therefore, of course, there do exist an intensive process of discussion in how far one has to align election campaigns differently in the future. This time, for example, the parties provided little information through the election campaign, because with a high informative one, to the point conducted election campaign, that would mean an election campaign that informs about the political goals, like 2002, the parties didn't have good experiences. Of course that was also due to the political goals which the parties tried to inform the population about like welfare state reforms, increase of value added taxes, and so on, these topics surely didn't help to raise popularity. And therefore this time the parties concentrated on advertisement by billposting, a short election campaign, mainly, if possible, only through persons and little statements of facts.

ED: But don't you think that there existed a focus on tax policies?

RK: Not really. That wasn't a main focus for the electors because they didn't believe that a tax relief would be possible. So the voters were convinced that there will not be a tax relief. The CDU did announce tax reliefs during the election campaign. The FDP did demand tax relieves during the election campaign but finally it wasn't relevant for the elections because the electors considered this as a typical election promise and therefore the population didn't debate on this.

ED: The electors did vote, tax policies were in the focus, but still it didn't affect the elections?

RK: It wasn't relevant for the elections! The vote decision was mainly influenced by the economic situation. Before of elections we always investigate on a question, that is we ask the people: what are the elections about? About what is decided on through these elections? And this time, by fare, the most common answer was: these elections are about the progress of the German economy and to overcome the crisis. And the second most common answer was: these elections are about putting a more efficient government in place for Germany which commits less faults. And everything else was mostly unimportant. Concerning taxes hardly nobody believed that as an elector one can decide on tax relieves through one's vote.

ED: But wouldn't you consider that elections are about facts?

RK: Yes, but taxes weren't important. And also special strategies how to overcome the crisis weren't crucial, so that the parties didn't argue about that. It was more like the whole legislative period there wasn't a majority for the civic parties until the beginning of this year, one can also say after the economic and financial crisis were developed, from october till december, from this moment on, suddenly, over the following month till the elections there existed an undoubted majority for the civic parties (CDU and FDP). That did show that for the electors there was just one objective which was to bring into power a government that has the capacity to overcome this economic situation.

ED: The economic situation was decisive?

RK: The economic situation was decisivel And most interesting, at the beginning of the financial crisis the left parties did believe that the crisis would help them for the elections. Because the population was fed up with what was happening concerning the banks and therefore originally it was more likely to expect an anti-economic or anti-capitalism atmosphere would evolve but that wasn't the case. Instead the feeling that economy and population have to stand together now to overcome this situation

collectively was growing in the population that means the connection was getting stronger and not the separation

ED: So even though in light of the crisis there wasn't evolving an atmosphere of anti-capitalism!?

RK: No, but I mean the strong downfall of the SPD has, on the other hand, a long history. The story begins more or less 1999 so one year after the SPD overtook the government. 1998 the SPD overtook the government with the promise to undo the welfare state reform which were planned or even have been started in front of the elections. And 1999 the SPD finally strongly announced welfare state reforms which were surprising and depressing for their electors. Then there was the "Agenda 2010", all the reforms of the employment sector, and the classical left-wing voters thought that it can not be possible that a left-wing party is conducting such policies. This finally ended in the defeat in the 2005 elections, but with a result of 32%, which still was kind of good. But that meant that the SPD had to participate more or less as a junior associate in the government and ended up making civic policies. To get worse for the SPD at the end of this government the economic crisis started which forced the government to continually support the economy, so there didn't exist any more cleavages between the civil parties and the SPD, solely between government and "Linkspartei" but not between SPD and CDU. And the last government was never considered as a merger of equals by the population but as a CDU government which is joined by the SPD. And therefore the economic crisis didn't lead to a class conflict, as one would have been able to guess initially, but led to the feeling among the population that everybody has to stick closer together.

SOBRE O DEBATE: MULHER E POLÍTICA

On the debate: woman and politics.

Araceli Mateos
Universidad de Salamamca – USAL
✉ amd@usal.es

A notícia do triunfo eleitoral da candiata à presidência da Costa Rica, Laura Chinchilla, para o período 2010 – 2014, ocupou as manchetes em vários veículos da imprensa internacional. Esta vitória vem acrescentar mais um caso ao número de mulheres na América Latina que alcançaram tal cargo. Número esse que se pode contar nos dedos de uma mão: Violeta Barrios de Chamorro (Nicarágua, 1990 – 1996), Mireia Moscoso (Panamá, 1999 – 2004), Michelle Bachelet (Chile, 2005 – 2009), Cristina Fernández de Kirchner (Argentina, 2007 – 2011), além da recém eleita Laura Chinchilla.

Todas estas notícias incluem diferentes elementos que não fazem senão se referir à permanente dualidade entre mulher e política *versus* homem e política. Esta dualidade persistente mostra perspectivas e visões interiorizadas acerca dos elementos que os diferenciam e através dos quais se justificam estilos de liderança, estilos de representação e de prática política entre os atores políticos pelo fato de serem homens ou mulheres.

A menor presença de mulheres em postos de representação ou no poder político, se comparado com a quantidade de homens, é também comumente interpretado como um indicador de déficit democrático, já que a representação política é um dos pilares dos regimes democráticos contemporâneos. Não obstante, este déficit depende da concepção de representação que se leve em conta. A

representação política é um conceito multidimensional que, segundo Pitkin (1967), se refere entre outros, aos seguintes elementos: representação como autorização, representação como afinidade, representação como prestação de contas ou responsabilidade e representação simbólica. A primeira delas tem lugar através do processo eleitoral, no qual os cidadãos concedem a alguns representantes na esfera política, a capacidade de “atuar” em seu nome. A segunda das acepções, se refere à capacidade de identificar as indicações dos cidadãos acerca de suas preferências e interesses e que, geralmente, tentam ser materializadas em propostas programáticas e ideológicas dos partidos e em políticas públicas. A representação como descrição dá ênfase à necessidade de que a composição das instituições representativas reflita a variedade de interesses e características de grupos. Por último, a representação simbólica vem a refletir a interiorização, por parte dos representados, de que são símbolos da Nação.

A quantidade de mulheres presidentes, legisladoras, em governos municipais, no poder judicial, ou dentro da estrutura dos partidos políticos e organizações sociais e econômicas, pode ser analisada a partir de cada uma dessas concepções do termo. E, em função de se nos referimos à representação de interesses específicos das mulheres ou se se almeja uma representação simbólica, ou que a presença de mais mulheres condicione a quantidade de políticas que defendam os interesses deste grupo, o debate pode ser focado em diferentes tipos de déficits democráticos.

O número de mulheres, o tipo de representação desempenhada em seus cargos, assim como as políticas que podem levar a cabo, estão condicionadas, além disso, por outros elementos sociais, econômicos e culturais e por alguns de caráter institucional. Alguns dos aspectos institucionais, tais como o sistema eleitoral, as constituições e a organização, funcionamento e características ideológicas dos partidos serão aqui mencionados. .

No âmbito do sistema eleitoral, se destacam a transformação de votos em cadeiras legislativas, a existência e o tipo de barreiras eleitorais e o modelo de listas eleitorais. A transformação de votos em cadeiras, ou seja, o tipo de fórmula eleitoral (majoritária ou proporcional) condiciona a probabilidade de que um maior ou menor número de mulheres ocupem postos de representação. Caul (1999), em uma análise comparativa empírica com democracias industriais avançadas, mostra como o sistema eleitoral proporcional incrementa a probabilidade de que haja mais mulheres no parlamento em relação à opção majoritária. O sistema proporcional

facilita que a existência de um maior número de partidos no sistema e a inclusão de mulheres nas listas partidárias. Em segundo lugar, as barreiras eleitorais, ou seja, a necessidade de uma quantidade mínima de votos para que um partido político dispute os assentos do parlamento, limita que o acesso dos partidos minoritários tenham aos postos de representação. Neste sentido, os partidos pequenos, por mais que incluam muitas mulheres em suas listas, dificilmente conseguem obter representação diante das barreiras.

O tipo de lista adotada também influencia na maior ou menor presença de mulheres no parlamento. O fato de que as listas sejam abertas e o cidadão possa escolher o candidato que queira é muito diferente do voto em listas fechadas - organizadas pelo partido -, que não permitem que o eleitor eleja mulheres, caso ele deseje uma representação descritiva¹.

Em segundo lugar, há que se mencionar elementos organizativos e ideológicos dos partidos, que favorecem ou dificultam a presença de mulheres na política. Partidos políticos possuidores de mecanismos de democracia interna e com ideologia de esquerda são mais propensos a incorporar mulheres em suas listas e a implementar estratégias de ação afirmativa (campanhas de filiação) ou discriminação positiva (cotas em cargos internos ou eletivos de representação).

O tamanho dos partidos e seu âmbito de atuação e/ou competência política afeta a quantidade de mulheres eleitas. Os partidos políticos minoritários ou pequenos - aos quais custa muito mais obter a representação - se vêem diante de situações difíceis para a tomada de decisões, tais como quem lidera uma lista ou quem é o candidato (a). Mas, também o plano da atuação do partido - seja nacional, estadual ou local -, abre em alguns países, a incorporação política da mulher fundamentalmente em espaço local, por que este é considerado como o ambiente no qual o voto dos eleitores está mais ligado à questão personalista do que à vinculação partidária.

Por outro lado, os órgãos executivos dos partidos representam espaços não tão visíveis de tomada de decisão igualmente relevantes para condicionar a presença de um maior número de mulheres nas listas e as posições ocupadas nas mesmas. De forma que, além de analisar a quantidade de mulheres em espaços políticos

¹ Não obstante, algumas análises realizadas, por exemplo para as eleições do senado na Espanha, onde existe voto preferencial, Montabes y Ortega (2002) revelam que o eleitorado se mostra indiferente à eleição de candidaturas femininas

visíveis, também é relevante conhecer como está representada a mulher no interior dos próprios partidos e os cargos que ela desempenha neles.

É assim que os partidos políticos representam espaços fundamentais, tais como os de incentivar e motivar a participação da mulher. De fato, se revisarmos o registro de mulheres presidentes no início deste artigo, nota-se uma mudança importante na vinculação partidária das últimas três eleitas (Chillida, Fernández de Kirchner e Bachelet) em relação às eleitas anteriormente (Barrios de Chamorro e Moscoso).

Bibliografia

CAUL, Miki (1999), “Women’s Representation in Parliament: The Role of Political Parties”, *Party Politics*, Vol. 5, pp. 79-98.

MONTABES, J. P. e ORTEGA, C. V. (2002), “Position Effects and Party Nomination Strategies under the Limited Vote: The 2000 Spanish Senate Election”, *Representation*, Vol. 38(4), pp. 304-16.

PITKIN, Hanna (1967), *The concept of representation*, University of California.

EN TORNO AL DEBATE: MUJER Y POLÍTICA

On the debate: woman and politics.

Araceli Mateos

Universidad de Salamanca – USAL España

✉ amd@usal.es

La prensa internacional ha llenado muchas de sus portadas en los últimos días con la noticia del triunfo electoral de Laura Chinchilla a la presidencia de Costa Rica para el periodo 2010-2014. Este triunfo viene a añadir un caso más al número de mujeres que en América Latina ha alcanzado dicho cargo. Número que puede contarse con los dedos de una mano: Violeta barrios de Chamorro (Nicaragua, 1990-1996), Mireia Moscoso (Panamá, 1999-2004), Michelle Bachelet (Chile, 2005-2009), Cristina Fernández de Kirchner (Argentina, 2007-2011) y la recién elegida Laura Chinchilla.

Todas estas noticias incluyen diferentes elementos que no hacen sino referirse a la permanente dualidad entre mujer y política versus hombre y política. Esta dualidad persistente muestra la interiorizada visión o perspectivas en torno a elementos que diferencian y a través de los cuales se justifican estilos de liderazgo, estilos de representación y de práctica política entre los actores políticos por el hecho de ser hombres o mujeres.

La menor presencia de mujeres en puestos de representación o poder político, en comparación con la cantidad de hombres, es también a menudo interpretada como un indicador de déficit democrático, ya que la representación política supone uno de los ejes vertebradores de los regímenes democráticos contemporáneos. Sin embargo, este déficit va a depender de la concepción de representación que se tenga en cuenta. La representación

política es un concepto multidimensional que según Pitkin (1967), entre otros elementos, hace referencia a los siguientes: representación como autorización, representación como descripción o representatividad, representación como receptividad, representación como rendición de cuentas o responsabilidad y representación simbólica. La primera de ellas tendría lugar a través del proceso electoral, donde los ciudadanos conceden la capacidad de “actuar” en nombre de ellos a unos representantes en la esfera política. La segunda de las acepciones se refiere a la capacidad de identificar las señales de los ciudadanos sobre sus preferencias e intereses y que, generalmente, intentan ser materializadas en propuestas programáticas e ideológicas de los partidos y en políticas públicas. La representación como descripción pone el énfasis en la necesidad de que la composición de las instituciones representativas refleje la variedad de intereses y características de grupos. Por último, la representación simbólica viene a reflejar la interiorización por parte de los representados de que son símbolos de la nación.

La cantidad de mujeres presidentas, legisladoras, en gobiernos municipales, en el poder judicial, o dentro de la estructura de los partidos políticos y organizaciones sociales y económicas, puede ser analizada desde cada una de estas connotaciones del término. Y en función de si hablamos de representación de intereses específicos de las mujeres o si se plantea una representación simbólica, o que la presencia de más mujeres condicionar la cantidad de políticas que defiendan intereses de este grupo, el debate puede centrarse sobre diferentes tipos de déficits democráticos. ¿

El número de mujeres, el tipo de representación desempeñada en sus cargos, así como las políticas que pueden llevar a cabo están condicionadas, además de por otros elementos sociales, económicos y culturales, por algunos de carácter institucional. Algunos de estos aspectos institucionales como el sistema electoral, a las constituciones, y la organización, funcionamiento y características ideológicas de los partidos políticos serán aquí mencionados.

Dentro del sistema electoral destacan el tipo de reparto de los votos en escaños, la existencia y tipo de umbral electoral y la modalidad de listas electorales. El reparto de votos en escaños, es decir, el tipo de fórmula electoral (mayoritaria o proporcional) condiciona la probabilidad de que un mayor o menor número de mujeres estén ocupando puestos de representación. Caul (1999) en un análisis comparativo empírico con democracias industriales avanzadas muestra cómo el sistema electoral proporcional incrementa la probabilidad de que haya más mujeres en el

parlamento frente a una opción mayoritaria. El sistema proporcional facilita que haya un mayor número de partidos en el sistema, y que éstos hayan incluido a mujeres en sus listas. En segundo lugar, la existencia de umbral electoral, es decir, la necesidad de que un partido político tenga un porcentaje mínimo de votos para optar al reparto de escaños limita que partidos minoritarios tengan acceso a puestos de representación. En este sentido, los partidos pequeños, por más que incluyan a muchas mujeres en sus listas, es difícil que con la existencia de umbrales puedan obtener representación.

También el tipo de listas influye en la mayor o menos presencia de mujeres en el parlamento. El hecho de que las listas sean abiertas y el ciudadano pueda escoger al candidato que quiere es muy diferente a que se trate de listas cerradas, listas de partido, que no permiten que el elector/a elija mujeres en el caso de que quiera una representatividad descriptiva¹.

En segundo lugar hay que mencionar elementos organizativos e ideológicos de los partidos que favorecen o dificultan la presencia de mujeres en política. Partidos políticos con mecanismos de democracia interna y de ideología de izquierdas son más proclives a incorporar mujeres en sus listas y a implementar estrategias de acción positiva (campañas de afiliación) o de discriminación positiva (cuotas en cargos internos o electivos de representación).

El tamaño de los partidos y su ámbito de actuación y/o competencia política afecta a la cantidad de mujeres elegidas. Los partidos políticos minoritarios o pequeños, a los que les cuesta mucho más conseguir representación, requieren de tomas de decisión difíciles como quién lidera una lista o quién es el candidato/a. Pero también el ámbito de actuación, sea nacional, circunscripción electoral o local abre, en algunos países, la vía de la incorporación a la política de la mujer fundamentalmente en el espacio local, por ser considerado el ámbito en el que el voto de los electores está más ligado a la cuestión personalista que a la vinculación partidista.

Por otra parte, los órganos ejecutivos de los partidos representan espacios no tan visibles de tomas de decisión igualmente relevantes para condicionar la presencia de un mayor número de mujeres en las listas y las posiciones ocupadas en las mismas. De manera que además de analizar la

¹ Sin embargo, algunos análisis realizados por ejemplo para las elecciones al Senado en España donde existe voto preferencial Montabes y Ortega (2002), se descubre que el electorado se muestra indiferente a la elección de candidaturas femeninas.

cantidad de mujeres en espacios políticos visibles, también es relevante conocer cómo está representada la mujer al interior de los propios partidos y los puestos que desempeña.

Es así como los partidos políticos representan espacios fundamentales desde los cuales incentivar y motivar la participación de la mujer. De hecho, si revisamos el listado de mujeres presidentas con el que comienza este artículo, se puede apreciar un cambio importante en la vinculación partidista de las tres últimas elegidas (Chillida, Fernández de Kichner y Bachelet) frente a las elegidas anteriormente (Barrios de Chamorro y Moscoso).

Bibliografía

CAUL, Miki (1999), "Women's Representation in Parliament: The Role of Political Parties", *Party Politics*, Vol. 5, pp. 79-98.

MONTABES, J. P. y ORTEGA, C V. (2002), "Position Effects and Party Nomination Strategies under the Limited Vote: The 2000 Spanish Senate Election", *Representation*, Vol. 38(4), pp. 304-16.

PITKIN, Hanna (1967), *The concept of representation*, University of California.

EMOÇÕES OCULTAS E ESTRATÉGIAS ELEITORAIS

Hidden Emotions and Electoral Strategies

Carlos Eduardo Freitas
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
✉ moraisfreitas@hotmail.com

“Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais” não é um livro dirigido especificamente a pesquisadores, apesar da extensa vida acadêmica do autor, Antonio Lavareda. Mas, não se pode dizer que seja somente mais um manual para profissionais de marketing político, não obstante o envolvimento direto do autor em 76 campanhas eleitorais. É nesta difícil combinação que reside a novidade da obra. Poucos podem correr o risco de abordar o tema sem cair em receitas prontas e superficiais. Mas Antonio Lavareda é um dos raros profissionais brasileiros que consegue combinar a experiência acadêmica à atuação no mercado.

Assim como os candidatos a quem presta consultoria, o autor busca se comunicar com o maior público em potencial neste livro, ou seja, todos aqueles interessados em política, mais especificamente, em quem não dispensa o calor das campanhas eleitorais. Mas, sem perder de vista o leitor acadêmico, Lavareda pondera sobre o caráter ainda exploratório de algumas de suas conclusões, ao mesmo tempo em que expõe as vertentes teóricas e os autores de referência com quem dialoga. Outras vezes, como acontece em algumas boas peças de comunicação política tratadas no livro, fica claro com quem a conversa é travada: com o “leitor que trabalha ou pretende trabalhar em campanhas” (p. 79).

Lançado no momento em que o Brasil comemora vinte anos de eleições presidenciais diretas, o livro busca traçar um panorama geral sobre os principais fatores que podem influenciar o comportamento do eleitor. Os elementos

institucionais, sociológicos e econômicos que intervêm na decisão eleitoral são apresentados como subsídios essenciais para a elaboração das estratégias de comunicação política. De início se descobre, portanto, que o marketing político não faz milagres e que os interessados em planejar campanhas devem estar atentos aos contextos onde atuam partidos, eleitores e políticos.

As primeiras questões a serem tratadas com pormenor no livro são as institucionais. O cientista político aponta a importância da arquitetura do sistema partidário para a definição das estratégias eleitorais e apresenta dados que demonstram a tendência à concentração de votos em torno de um número cada vez mais reduzido de partidos nas eleições majoritárias brasileiras. Essa tendência à bipolarização em disputas para o executivo é explicada pela existência de dois turnos. Segundo o autor, as pesquisas de opinião podem induzir o eleitor a escolher o candidato com maior chance de chegar ao segundo turno.

Outro mecanismo institucional com capacidade de influenciar o voto é a possibilidade de reeleição. Além de favorecer a bipolarização, a reeleição aumentaria as chances do partido situacionista. Da mesma forma, os mandatos anteriormente exercidos e as realizações dos candidatos são apresentados como fatores importantes a influenciar no comportamento do eleitor. Mas, para além da apresentação de hipóteses, o autor toma posição e critica o sistema proporcional com possibilidade de coligações e sem cláusula de barreira. Estas características são apontadas como causa do fracionamento eleitoral vivido no âmbito do legislativo brasileiro.

O livro apresenta preocupações com problemas bastante contemporâneos. Por isso, outro tema de destaque é a percepção do eleitor acerca da economia. A esse respeito, argumenta que onde as crises econômicas são recorrentes, a opinião pública fica mais atenta a elas. Este seria o caso do Brasil. O otimismo quanto a sua superação, contudo, pode permanecer em alta. Isso seria possível em situações de elevada popularidade do governante e de desempenho econômico positivo em período imediatamente anterior ao desequilíbrio.

Mesmo concordando que uma parcela da volatilidade eleitoral pode ser explicada por fatores econômicos, Lavareda problematiza a questão e expõe suas nuances, como faz, de resto, com todos os temas tratados no livro. Um exemplo apresentado que desafia, mas não descredencia a influência da economia como determinante do comportamento eleitoral é a eleição de FHC, em 1998, em um cenário de grave crise econômica.

O livro também se dedica a analisar a interferência das variáveis sociológicas na escolha do eleitor e examina o comportamento político com base em clivagens religiosas, étnicas, etárias, de gênero, renda e escolaridade. O autor é preciso ao demonstrar que as pesquisas qualitativas e quantitativas aliadas a outras fontes de informações socioeconômicas e demográficas ajudam a traçar o padrão de competição, o perfil e as tendências do eleitorado. Com base nessas informações as estratégias de campanha são elaboradas.

Nesse sentido, a clivagem baseada em classes aparece como um importante fator explicativo para a reeleição de Lula em 2006. O mesmo não acontece nas eleições de 1994, 1998 e 2002. Conforme exposto no livro, a distribuição de votos com base na escolaridade e nos diferentes estratos de renda mostra que na última eleição presidencial, Lula obteve uma porcentagem consideravelmente maior de votos entre os mais pobres e com menor grau de instrução. As interrogações que ficam dizem respeito à manutenção ou ao realinhamento no comportamento eleitoral dos grupos que compõem o topo e a base da pirâmide social brasileira.

As emoções são tratadas do ponto de vista teórico e metodológico. O livro apresenta diferentes metodologias de pesquisa e introduz o papel que a neurociência vem ocupando na área das pesquisas eleitorais, principalmente para ajudar a compreender os modos de pensar, agir e sentir dos diversos segmentos do eleitorado. O autor defende a importância das campanhas sobre a decisão de voto, com base nas características que compõem o tecido social contemporâneo: a maior volatilidade do eleitor, o atual esgarçamento das relações sociais, a queda na identificação partidária e a sobrecarga simbólica gerada pelos meios de comunicação.

Dessa forma, Lavareda contrapõe a teoria da identificação partidária defendida pelos pesquisadores da Escola Psicológica aos dados da realidade contemporânea e problematiza as conclusões de Paul Lazarsfeld a respeito dos efeitos reduzidos das campanhas eleitorais na decisão do voto. Mas, o autor vai além da descrição de perspectivas teóricas e autores consagrados. Ele articula teorias e exemplos empíricos recentes, problematiza conclusões do mainstream da Ciência Política e recorre às experiências do marketing eleitoral e da neurociência. O objetivo é justificar a relevância da comunicação política (incluindo aí as propagandas oficiais e eleitorais) para que as avaliações e percepções acerca das ações dos governantes e de suas políticas públicas repercutam na decisão do voto.

Nesse momento, ganham destaque as emoções ocultas, presentes no título do livro. O autor apresenta as diferentes estratégias que devem compor uma

campanha e foca suas atenções naquela que ele chama de “espinha dorsal de todo o processo”: a estratégia de comunicação. (p.129). Antonio Lavareda não somente defende a relevância adquirida pelas campanhas, como de um tipo específico de campanha: aquela que conjuga razão e apelos emocionais.

Em síntese, o autor apresenta a necessidade de convergência entre a decisão tomada com base na emoção e aquela advinda da racionalidade que, ao contrário da primeira, “exige, para sua utilização, atenção e esforço de processamento de informações”. Segundo Antonio Lavareda, as emoções permitem que as pessoas pensem mais antes de tomarem sua decisão, principalmente quando estas dizem respeito ao sentimento de ansiedade. O raciocínio exposto propõe, portanto, que as reações emocionais em relação à política, inclusive aquelas ativadas pelo horário eleitoral gratuito, podem contribuir “para uma cidadania mais atenta e esclarecida”. (p. 159). Dessa forma, amparado pela neurociência, Lavareda busca legitimar as contribuições dos profissionais de marketing eleitoral para o processo democrático contemporâneo.

Em um livro que vai de A a Z nas explicações do comportamento eleitoral e das estratégias de campanha, o autor deixa para o interessado em aprofundar seus conhecimentos uma excelente bibliografia e, além disso, uma posição mais confortável para a análise dos cenários eleitorais vindouros.

LAVAREDA, Antônio. *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, 312 p.

SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Araceli Mateos Diaz é professora da Universidad de Salamanca – Espanha. Foi pesquisadora do Centro de Investigaciones Sociológicas de Madrid. Possui doutorado em Ciência Política pela Universidad de Salamanca, é também pesquisadora do Centro de Estudios de Iberoamerica, da mesma universidade. Suas principais áreas de atuação são comportamento político e cultura política, representação e política latino-americana.

Carlos Eduardo Freitas é jornalista, especialista em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, membro do grupo de pesquisa Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral.

Letícia Ruiz Rodriguez é professora do Departamento de Ciencia Política y Administración da Universidad Complutense de Madrid – Espanha. Possui Doutorado em Ciência Política pela Universidad de Salamanca. Integra o Conselho de redação da Revista Española de Ciência Política. Suas principais áreas de interesse são partidos políticos e instituições, em perspectiva comparada, em especial dos países latino-americanos e na área de opinião pública.

Renate Köcher é, juntamente com Elisabeth Noelle-Neumann, Diretora do Institut für Demoskopie Allensbach na Alemanha, responsável por pesquisas nas áreas de opinião pública e comportamento eleitoral. Possui formação em Economia, Sociologia e Ciência Política, atuando em pesquisas de mercado e de opinião pública. Possui Doutorado em Economia pela Universidade de Munique. Em sua função como Diretora do Institut für Demoskopie Allensbach publica regularmente, também, em grandes jornais semanais e diários internacionais.

Sébastien Dubé é professor de Ciência Política na Universidad Diego Portales – Chile, e pesquisador do Instituto de Ciencias Sociales da universidade. Também é Diretor do Programa de Bacharelado em Ciências Sociais e Humanidades e Diretor do Observatorio de Ciencia Política e Internacional da mesma universidade. É Doutor em Ciência Política pela Université de Montréal e atua nas áreas de relações internacionais na América Latina, sistemas partidários e comportamentos eleitorais e políticos.